

Ensino de história feminista: a história das mulheres do período da ditadura civil-militar em sala de aula¹

Feminist history teaching: women's history and brazilian's military dictatorship in classroom

Layana Sales de Oliveira,² PUC-Campinas

Resumo

O presente artigo discute sobre a presença da história social das mulheres em sala de aula, tendo como principal objetivo compreender e pautar seus usos dentro do ensino da história. Além disso, diz respeito sobre a formação da luta das mulheres da resistência à Ditadura Civil-Militar, permeando o debate e o pensamento críticos para conquistar uma educação feminista no Ensino Básico.

Palavras-chaves: ensino de história; mulheres; ditadura civil-militar; debate.

Abstract

This article aims to discuss women's social history presence in the classroom. The main objective is to understand its uses for history teaching. Furthermore, it talks about the women participation in the resistance to Brazilian's civil-military dictatorship, permeating the debate and critical thinking to conquer a feminist education in Basic Education.

Keywords: history teaching; women; military dictatorship; debate.

Considerações Iniciais

Todas/os/es sabemos a importância de colocar o papel social da mulher em voga quando abordamos disciplinas críticas como a história, a sociologia e a filosofia. Todavia, compreende-se também, há uma defasagem no ensino da história, sendo os temas com protagonismo feminino pouco propostos. Diante disso, é necessário incluir informações sobre elas, mulheres, desde o ensino básico, já que a temática é fundamental para a trajetória acadêmica, tanto no que diz respeito à ciência da história quanto na construção ética-social de cada indivíduo presente na sala de aula.

O sistema educacional público brasileiro é extremamente falho, deixando muitos alunos e alunas sem condições básicas para a concentração e determinação acadêmicas. Ademais, o ensino de história inclui-se nessa falha sistêmica, em que se apresenta pouco sobre alguns períodos importantes de nossa história. Ao fim, este mínimo acaba por transpor-se a partir de uma historiografia antiquada, qual não cabe mais dentro da ciência da história.

¹ Esse artigo é fruto da monografia “Choram Marias e Clarices”: emergência e formação do feminismo no Brasil (1968-1979) de mesmo autor.

² Layana Sales de Oliveira é formada em licenciatura em história pela Pontifícia Universitária Católica de Campinas (2021). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4199032822261803>

Quando observamos as falhas no período da Ditadura Civil-Militar incluem-se alguns lapsos pontuais. Primeiramente, remete-se à falta de explicações sobre as outras Ditaduras no Cone Sul, como Argentina e Chile, já que estas tiveram envolvimento do Brasil. Mais que isso, demonstra-se uma lacuna ao olharmos para a crítica já aqui tomada, sobre a não representatividade da mulher e das minorias sociais. Quando se apresenta o assunto em livros didáticos, é apenas incluída a visão política dos fatos e, mesmo ao citar os movimentos de resistência, os grandes nomes masculinos aparecem - como Marighella e Lamarca. Logo, os indígenas, os negros e negras, as mulheres e os trabalhadores e trabalhadoras ficam a parte do discurso histórico, inserindo uma falsa impressão da verdade histórica no aprendizado do estudante.

No presente artigo apresentam-se, justamente, formas de abordar a história social das mulheres em sala de aula, assim como, usando o currículo escolar, utilizar de forma didática e crítica as pequenas lacunas faltantes no ensino de história do período.

Entre a Historiografia e o Ensino Feminista

Selva Guimarães (2012) explicita o papel do professor na formação dos discentes, sendo evidente a necessidade da adaptação da pesquisa acadêmica e da nova historiografia sob o discurso apresentado em sala de aula.

Assim, a lógica fundante da produção do saber histórico é a compreensão, a explicitação do real. Ora, se o objetivo da disciplina é formar, educar, reconstituindo e buscando compreender o real histórico, podemos afirmar que a lógica da prática docente é fundamentalmente construtiva. Isso implica uma busca permanente de superação do mero reprodutivismo livresco que ainda predomina em muitas aulas de História. O professor de História submisso ao reprodutivismo acaba por assumir uma concepção de conhecimento como verdade absoluta e imutável. Ao contrário disso, assumir a proposição investigativa em sala de aula implica ousar e construir uma atitude reflexiva e questionadora diante do conhecimento historicamente produzido (GUIMARÃES, 2012, p. 208).

Outrossim, este ajuste do discurso, para que caibam as minorias sociais, está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a disciplina de história. Para os anos finais do Ensino Fundamental, a BNCC aplica-se como sua terceira habilidade: “pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões do mesmo fenômeno, reconhecendo hipóteses e avaliando os argumentos apresentados com vistas ao desenvolvimento de habilidade necessário para a elaboração de proposições próprias.” (BRASIL, 2018, p. 416). Para o Ensino Médio, outra proposta é inserida na quinta habilidade: “Identificar e combater

as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos” (BRASIL, 2018, p. 577). Assim sendo, valida-se a inclusão do estudo da história social das mulheres no ensino da disciplina, pois sana as necessidades propostas pela Lei.

A história das mulheres surge nos anos 1960, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e, após alguns anos adentra a França (PERROT, 2017). Entretanto, apresenta-se uma disparidade ao entrar no território Latino-Americano. Enquanto no norte econômico/global estudava-se sobre a questão da mulher nas décadas de 1960 e 1970, depois sobre a opressão das mulheres nos anos 1980 e, por fim, sobre gênero e suas questões em 1990, para assim criar-se a teoria das ondas feministas³, no Sul econômico/global, ou seja, na América Latina, essas ondas se mesclavam, sendo criticadas pelas feministas decoloniais dos anos 1990. (PEDRO, 2011).

Estas particularidades da história social das mulheres do Sul Global, como também, o desequilíbrio na parcela de pesquisadoras e pesquisadores inclinados a estudar o cotidiano da mulher como objeto histórico, em vista das outras áreas de estudos, acaba impactando no ensino da disciplina. Sendo assim, pouco se ensina sobre as mulheres em sala de aula. Dessa forma, vincular este objeto dentro do Ensino Básico resultaria em maiores discussões sobre a vivência das mulheres de hoje, à medida que a história social tem seus questionamentos baseados em incômodos do presente (SCHETTINI, 2020).

Acentua-se, então, pelas normas da BNCC, o envolvimento do (a) professor (a) /historiador (a) com as outras formações de discurso, não apenas as que estão dentro dos livros didáticos. Perrot (2017, p. 18) diz que “(...) fala-se mais de santos do que de santas. (...) É preciso ser piedosa ou escandalosa para existir”, as análises presentes no discurso da autora são necessários para estruturar o ensino não somente narrando a questão das grandes mulheres⁴, mas abordar sobre a gama de movimentos de mulheres que lutaram pelos seus direitos.

Porém, quais as partes que tocam ao período ditatorial cívico-militar do Brasil? Como abordar em sala de aula? Ao abordarmos sobre os anos 1970 e 1980 no país, algumas questões têm que ser elucidadas para os alunos, sendo elas: o golpe, a repressão e a resistência. Visto isso, suscita-se que elas se relacionam, então, iremos abordá-las conjuntamente nesse artigo.

³ As ondas feministas teriam o aspecto de uma pedra jogada em um lago, onde o centro (no caso o centro econômico) levaria o conhecimento feministas para as margens (margem econômica). Todavia, a crítica decolonial troca essa visão, dizendo que as feministas das margens, ao sofrerem com outras questões – como raça e classe – definiriam as verdadeiras premissas do feminismo.

⁴ Obviamente, citá-las e apresentá-las é de grande importância, mas não só isso.

Estipula-se que a mulher resistente – no período da Ditadura Civil-Militar Brasileira – era oposição duas vezes, a primeira por ser mulher e sair do seu papel da vida privada; a segunda por ser contra um governo ditatorial agressivo dentre suas repressões. Assim sendo, os aparatos repressivos trabalhavam com práticas misóginas. Vê-se pelo Projeto Brasil: Nunca Mais que 11,3% dos 7.367 processos arquivados eram referentes às mulheres. Ademais, contavam-se mais de 40 organizações políticas revolucionárias, em que as áreas de atuações femininas se dividiam em muitas: ações políticas, distribuição de material de imprensa clandestina e cuidados com a casa (TELLES, 2015; JOFFILY, 2009).

Mas afinal, o que era ser mulher e militante? Como dito anteriormente, era ser fora da lei duas vezes. Para essas duas acusações, duas penalidades diferentes eram aplicadas, a tortura como em homens: usando dos choques elétricos; paus-de-arara; cadeiras do dragão; entre outros métodos e, a tortura para mulheres: utilizando-se da misoginia; do estupro; dos abortos em celas; da desmoralização social. Afinal, as violações provocadas pelos tortures eram violações dos Direitos Humanos⁵ e dentre dos preconceitos relatados pela Lei nº 12.986 está o de gênero.

Para sobreviver a um ambiente tão áspero quanto à prisão nos estabelecimentos governamentais de repressão, as mulheres criavam suas próprias maneiras de resistir:

No DOI-Codi/SP, em janeiro de 1973, havia uma conversa entre as mulheres ali encarceradas de que os torturadores não gostavam de estuprar mulheres menstruadas. Então, guardávamos um absorvente usado e que estava sujo de sangue e o colocávamos rapidamente dentro da calcinha quando éramos levadas para os interrogatórios, que na realidade eram sessões de tortura. É interessante lembrar que uma pesquisadora do Chile disse que as presas políticas chilenas também usaram desse mesmo expediente (TELES, 2015, p. 1010).

Além desse relato sobre a menstruação, no documentário “Que Bom Te Ver Viva” (1989), produzido por Lúcia Murat, Maria do Carmo Brito, mulher torturada em 1970, comandante da Guerrilha da Vanguarda Popular Revolucionário (VPR), diz que em um dia de interrogatório, vulgo, de tortura, estava menstruada. Dessa forma, os torturadores deram-lhe “uma calça nojenta de homem, toda suja de tudo quanto era coisa” (BRITO, *apud* QUE, 1989). Os pingos de sangue os enojavam, então a calça não era uma regalia, pelo contrário,

⁵ Observa-se essa relação com a instituição da Lei de Pena de Morte, em 1968. Nas situações de prisões, alguns presos políticos eram julgados e condenados à pena de morte, mas ao recorrerem, fizeram com que a Lei nunca fosse usada. Entretanto, mesmo existindo essa brecha legal para execução da oposição, os assassinatos ocorriam clandestinamente nos porões.

piorava a situação da torturada, já que era jogada em um aquário, para que posteriormente fosse pendurada no pau-de-arara.⁶

A hipocrisia era recorrente, principalmente pela falseta “da moral e dos bons costumes”. A desculpa era amplamente usada para repudiar atitudes feministas, como a lutapela legalização do aborto, contudo essa postura enfeitadapor parcelas da classe média e pelo círculo dos militares era aplicada, de forma ilegal, nos porões da ditadura (TELES, 2015).

Conceição Imaculada de Oliveira, grevista e sindicalista de Contagem/MG, foi presa pela ditadura na primeira greve sindical após o golpe em maio de 1964. Todavia, ela foi levada à prisão grávida e teve o filho arrancado de seu ventre à força em uma sala de tortura do DOPS em Belo Horizonte. A cirurgia foi feita em frente aos presos e aos torturadores, sem anestesia, demonstrando tamanha crueldade (TELES, 2015).

Vemos, então, que essas mulheres conseguiram ressignificar os papéis, saindo do meio privado e entrando no público. Dessa forma, caminhos se abriram para desmerecimento da pessoa de cada militante pelos repressores. Eles uniam dois conceitos socialmente excluídos: comunista e prostituta, para retirar as mulheres das funções políticas assumidas. Retiradas de suas funções políticas e de mulher, elas, então, cortavam sua feminilidade para serem reconhecidas, camuflando-se, o que lhes tornava uma “categoria sem sexo” (COLLING, 2015, p. 379).

Nilce Cardoso, em sua entrevista para Rosa (2013), explica como foi feita sua desfeminilização. Quando ela se tornou militante política foi mandada para a repartição operária, sendo seu papel trazer as trabalhadoras para a causa da dissidência. Porém, para que Nilce adentrasse ao meio operário, foram cortados seus cabelos longos e disseram-lhe para usar roupas largas e não utilizar nenhum tipo de maquiagem.⁷

Colling (2015) atenta-nos para essa questão, a forma de impor-se como militante trazia o fim para a feminilidade da mulher militante. Era uma maneira de expressar sua entrada para o mundo público. Isso dificultava o desprezo social, como forma de violência, na hora em que fossem presas e torturadas. Encontrava-se, nesse jogo, uma forma de não demonstrar fraqueza. Dilma Rousseff, ex-presidenta do Brasil, foi militante presa e torturada na ditadura

⁶ A menstruação sempre foi tratada como tabu, como algo nojento, asqueroso e impuro. Nos dias atuais, ainda restam dizeres sobre a menstruação. No período aqui estudado, demonstra-se ainda mais o enraizamento de tal pensamento. Ver: (SARDENBERG, 1994).

⁷ Nilce fala sobre como essa faceta foi um erro, pois para ela foi dito que se desfazer da feminilidade era uma forma de se mesclar com as operárias, todavia as próprias trabalhadoras davam-lhe dicas de beleza e diziam que ela era desleixada demais (ROSA, 2013).

civil-militar, afirma em entrevista que não podia demonstrar fraqueza, pois esse sentimento piorava a situação em que eram colocadas:

(...) As pessoas são emotivas cada uma a sua maneira, eu não sou uma pessoa que choro. (...) Eu não choro, porque a minha vida... uma parte dela, não podia chorar. Você não pode chorar (...), você controla. Nas... nas... nas... nas situações extremas você não chora. (...) a mais extrema, fisicamente, foi na tortura, não chora... (...) doía para danar... não é necessário chorar para sofrer. Você sofre, sem chorar, eu te asseguro isso (ROUSSEFF, 2017).

Entende-se, dessa maneira, que existiam mulheres dispostas a quebrar paradigmas e lutar tanto pela democracia, quanto pelo o que acreditavam. Não é minha intenção questionar a diversidades de feminismos ou fazer uma crítica à parcialidade da historiografia ao falar apenas das mulheres brancas da elite, mas sim, demonstrar que as mulheres estavam presentes em meio à luta contra a Ditadura Civil-Militar. Contudo, como usar das histórias delas para ensinar a disciplina?

Como professora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID)⁸ pude constatar a dificuldade em incluir algum debate sobre feminismo na sala de aula, pois uma parcela dos discentes vieram de famílias conservadoras e tradicionais. Todavia, é necessário, para todos os professores, compreender que o aluno não é uma tabula rasa, onde se coloca conhecimento, como se coloca água em um pote vazio. O trabalho do docente é, justamente, compreender os limites cognitivos do aluno e encontrar maneiras de fazê-lo pensar por seus próprios seguimentos. Sendo assim, a desconstrução dos conceitos provindos da educação familiar é um desafio para o (a) professor (a), que, todavia, tem que ser feito pelo próprio aluno, com monitoração do docente.

Diante desta dificuldade, outras questões se mostram importantes, a principal é a nascente de projetos extremistas, que acabam cerrando pela raiz a liberdade de expressão do profissional da educação. O Projeto de Lei *Escola Sem Partido*, apresentado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), é um exemplo disto. Algumas discussões, de extrema necessidade para a formação do pensamento crítico, passam despercebidas, se levadas em consideração as propostas sugeridas pelo Projeto:

Parágrafo único. Para os fins do disposto caput deste artigo, as escolas deverão apresentar e entregar aos pais e responsáveis pelos estudantes material informativo que possibilite o pleno conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

⁸ Atuei no PIBID durante os anos de 2018 e 2019.

Art. 7º É assegurado aos estudantes o direito de gravar as aulas, a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo ministrado e de viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados pela escola.

Art. 8º É vedada aos grêmios estudantis a promoção de atividade político-partidária (BRASIL, 2014).

Entende-se que, pelo Projeto de Lei *Escola Sem Partido*, os professores poderiam ser monitorados e suas ações gravadas, o que nos dá apenas um partido, o partido que vem do aluno, o qual estava em sua casa. Todavia, a diferença de ideias é essencial para o debate. Contudo, nas condições apresentadas pelo Projeto de Lei não haveria como se desenvolver um debate, pois seriam apresentadas ideias político-partidárias, vindo de provocações intelectuais dos próprios alunos, mediadas pelo docente.

Estando a questão do “Escola Sem Partido” em voga, torna-se complexo abordar uma discussão sobre a opressão da mulher pelo homem. Entretanto, existem maneiras de abordar tais discussões. Adichie (2017), em seu manifesto *Para Educar Crianças Feministas*, aborda formas de educar em meio ao debate das questões de gênero.

A primeira premissa que coloca Adiche (2017) é conquistar o valor próprio, ou seja, saber seus limites e suas fraquezas, como também, respeitá-los. A segunda, baseia-se na pergunta “a gente pode inverter X e ter os mesmos resultados?” (ADICHIE, 2017, p. 7), como exemplo: um homem em um relacionamento monogâmico trai a esposa, os colegas dele o parabenizam por ser um “garanhão”, contudo, se a esposa traísse o homem, qual seria a reação dos colegas? Ela seria vista por eles como uma grande mulher ou como uma mulher que não valeria de nada?

Após apresentar suas premissas, Adichie (2017) segue sua reflexão, admitindo que, a vontade da mulher é o objeto de real importância, ou seja, as próprias vontades e não as do ambiente que as permeiam. Então, demonstrar força, diante de situações machistas, demonstra para as alunas que elas também podem exercer dessa vitalidade. Outra pertinência é tida quando coloca-se em pauta os “papéis de gênero”, mostrando a realidade e a forma como implica na vida dos homens e das mulheres. A ideologia de gênero, ou seja, o papel social imposto para cada sexo biológico, acaba por cessar a vontade de muitas meninas em tornarem-se grandes profissionais, pois sua principal função social seria lavar, passar, cozer e não estudar ou batalhar por seus sonhos.

Se não empregarmos a camisa de força do gênero nas crianças pequenas, daremos a elas espaço para alcançar todo o seu potencial. (...) Veja seus pontos fortes e seus pontos fracos de maneira individual. Não a meça pelo

que uma menina deve ser. Meça-a pela melhor versão de si mesma (ADICHIE, 2017, p. 13).

Outra questão importantíssima para se pensar no uso da história das mulheres em sala de aula é questionar a linguagem e a cultura. Questionar a pouca participação das mulheres na história é expor, mesmo com seu pouco espaço, as lacunas participativas delas. A linguagem, segunda Adichie (2017), também é responsável por essa marca, pois, ela é o repositório do preconceito. Ensinando as meninas sobre as mulheres, acaba por desvinculá-las das questões de gênero como também, das amarras patriarcais que as torneiam.

Então, retornemos à questão central, o debate, a educação sem diferentes ideias seria uma educação opressora, como coloca Laval (2004), a escola não é uma forma de comércio neoliberal, mas sim uma forma de instrução para crianças e adolescentes desenvolverem suas próprias maneiras de ver o mundo. Destarte, a preocupação do docente há de ser a inserção do pensamento crítico nas habilidades cognitivas do aluno. Então:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia do homem em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 23).

Além disso, Freire (1987) apresenta a questão da *Teoria da Ação Dialógica*, que consiste no uso pedagógico do diálogo e do pensamento crítico sobre as opressões para emancipar o sujeito oprimido. Traz-se a Teoria da Ação Dialógica para as questões do feminismo, as mulheres haveriam de se entender como seres humanos, deixando seus papéis de objetos a partir de suas próprias contestações, ou seja, a única maneira de tirá-las do limbo do oprimido seria pelo debate crítico. O papel do docente, nesse contexto, é iniciar o debate, a partir de seu conhecimento adquirido, como faria o líder das massas (FREIRE, 1987).⁹

Por conseguinte, demonstra-se pelo debate a consonância de ideias que formam o pensamento crítico, ou, a criticidade essencial para a formação do cidadão. Sendo o pensamento crítico necessário para compreender o feminismo e a história das mulheres.

Porém, como aplicar a história das mulheres para explicar sobre Ditadura Civil-Militar? E mais além, como incluir o debate sobre papéis de gênero e feminismo? Para isso,

⁹ Refiro-me aqui, a liderança proposta por Freire (1987), em que não basta a liderança dos oprimidos apenas dar-lhes o que fazer, mas é essencial embutir o pensamento crítico para que a liderança em busca de tirarem as amarras, se torne mais um amarra.

com base na BNCC, serão utilizadas três aulas de 50 minutos e um trabalho avaliativo para nota.

A atividade consistiria em:

1º aula: uma aula expositiva ou em formato de roda de conversa para explicar como se deu o golpe, os seus antecedentes e os processos de resistência.

2º aula: sobre a resistência, a tortura e as ilegalidades admitidas pelo Governo Militar. Aqui seria passado o trabalho para casa, sendo que este deveria ser entregue na semana seguinte.

3º aula: um debate sobre o papel da mulher na resistência, debatendo que o papel delas seria muito maior que apenas servir café para os militantes homens.

Essa atividade seria baseada em dois fatos: na trajetória de Nilce Cardoso e nas peripécias da personagem fictícia Mariana da trilogia *Subterrâneos da Liberdade* de Jorge Amado. ROSA (2013 *apud* CARDOSO), em sua entrevista, comenta sobre a participação na clandestinidade. Para o treinamento de Nilce, foram usados os livros, já citados aqui, de Jorge Amado, divididos em três volumes: *Os ásperos tempos* – volume 1 -, *Agonia da noite* – Volume 2 – e *A luz da noite* – volume 3.

Após a compreensão do porquê utilizarem esses livros para formar militantes mulheres, serão analisados alguns trechos do romance, referentes à Mariana, assim como partes da entrevista que Rosa (2013) fez com Nilce, assim seriam apontados os papéis da mulher na resistência à Ditadura Civil-Militar.

Como dito anteriormente, a atividade se valerá de uma aula expositiva, sobre a história da Ditadura Civil-Militar, suas essencialidades: como houve o Golpe, quais as circunstâncias do pré-golpe, quem tomou o poder, a criação da junta militar, as primeiras eleições indiretas, entre outros assuntos essenciais para o entendimento do discente. Após isso, serão abordadas as formas de repressão gerais, tanto legais quanto ilegais – os atos institucionais, o SNI, a Doutrina de Segurança Nacional, a polícia política, a tortura e as mortes ilegais.

Depois de tratar de tais assuntos, entra-se na atividade em si, composta por uma explicação do docente sobre o romance *Subterrâneos da Liberdade* e sobre a personagem Mariana. Assim sendo, os alunos serão separados em grupos de cinco, para que façam o trabalho de comparação das fontes históricas – a entrevista de Nilce Cardoso e as partes do Romance. O objetivo da realização da tarefa é responder a questão: “Qual papel da mulher na resistência à Ditadura Civil-Militar?”. Cada grupo, na aula seguinte, exporá seu trabalho em cinco minutos, revelando os pontos principais achados.

Após a exposição dos trabalhos, com os alunos já em roda ou no pátio, o debate se iniciará. O docente proporá ir além do que já foi estudado, colocando a pergunta inicial: “será que a mulher apenas trabalhou com a parte do cuidado aos militantes? Servindo café e preparando o local, como fazia Mariana?”. Então, comentaria sobre a questão das enfermeiras na Primeira Grande Guerra, quais entraram para história por fazerem trabalhos de cuidados e apenas por isso (PERROT, 2017) como também, falaria sobre outras mulheres que tiveram experiências diferentes das de Mariana, por exemplo, Vera Sílvia Magalhães, cuja participação no sequestro do Embaixador Americano Elbrick mudou toda a forma de fazer política dos Estados Unidos.¹⁰

Considerações Finais

Por conseguinte, fica nítido a necessidade de abordar sobre a história social das mulheres em sala de aula, como debate sobre o feminismo e como forma de crítica de olhar a história. O objeto “mulheres” ou “cotidiano das mulheres” é essencial de ser posto no Ensino Básico, pois sem esse debate o historiador ou professor acaba por render-se ao reprodutivismo livresco (GUIMARÃES, 2012).

Em consequência, o uso de novas fontes e novos olhares historiográficos tendem a melhorar o desempenho do professor em frente ao conteúdo aplicado. A mudança de olhar é implicada pela interpretação do historiador. Silva e Oliveira (2005 *apud* BOURDIER, 1999) apontam a questão do discurso oficial, eles carregam em si a linguagem específica que expressa o poder. Contudo, o olhar do profissional da história demanda do documento a pergunta.

Assim como, Pedro (2005 *apud* DIAS, 1992) debate com Perrot (2017) a questão do uso das fontes históricas na história social das mulheres. Perrot (2017) afirma que as fontes são poucas, por isso a dificuldade em encontrar mulheres na história, todavia Pedro (2005 *apud* DIAS, 1992) nega a afirmação, demonstrando que as mulheres estão presentes em todas as fontes, não somente nas feitas pelas mesmas, basta mudar a forma de olhar e perguntar para o documento.

O mesmo sentido se forma em sala de aula, não basta apenas reproduzir o conteúdo já colocado nas apostilas e livros didáticos, o professor há de mudar o olhar sobre o conteúdo presente ali. Trocando sua visão, o debate crítico surge em meio aos estudantes, abrindo caminho para uma mudança social justa e benéfica.

¹⁰ A atividade inteiramente construída e o plano de aula dela estarão disponíveis nos Apêndices desse artigo.

Referências

- ABREU, Maira Luisa Gonçalves de. **Feminismo no Exílio**: o círculo de mulheres brasileiras em Paris e o grupo latino-americano de mulheres em Paris. São Paulo: Alameda, 2016.
- ADICHIE, Chimamanda Nzogi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: Os ásperos tempos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.v. I.
- AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: Agonia da noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. v. II.
- AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: A luz no túnel. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c. v. III.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília, DF:MEC, 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 7180/2014, de 24 de fevereiro de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 28 abr. 2020.
- COLLING, Ana Maria. 50 Anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Dourados, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.2, p. 373-382, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.5. n. 2, n.p., 1997.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino da História**. Campinas: Papirus, 2012.
- JOFFILY, Mariana. A diferença na igualdade: gênero e repressão política nas ditaduras militares do Brasil e da Argentina. **Espaço Plural**, Paraná, v.10, n.21, p. 78-88, 2009.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: PLANTA, 2004.
- MELO, David Aparecido de. **A representação da militância política e da mulher em *La voz de la sangre*, de Vicente Ballester, e *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado)-Pós-Graduação em Letras, UNIFESP, Guarulhos, 2018.
- MORIN, Tânia Machado. **Virtuosas e Perigosas**: as mulheres na Revolução Francesa. São Paulo: Alameda, 2013.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.
- PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, Argentina e Chile. São Paulo: Paz & Terra, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

REINHOLZ, Fabiana. Nilce: "tem que construir a história desse país junto com a justiça e a memória". **Brasil de Fato**, Porto Alegre, p. 1-1. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/02/nilce-tem-que-construir-a-historia-desse-pais-junto-com-a-justica-e-a-memoria>. Acesso em: 05 maio 2021.

RICOUER, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2014.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: "Não imagine que precise ser triste para ser militante". São Paulo: Intermeios, 2013.

ROUSSEFF, Dilma. **Dilma sobre impeachment e ditadura: "Não é necessário chorar para sofrer"**. REDE TV, 2017. Duração: 3 minutos e 42 segundos. Disponível em: <https://videos.bol.uol.com.br/video/dilma-sobre-impeachment-e-ditadura-nao-e-necessario-chorar-para-sofrer-04020E1B3168C0996326>. Acesso em: 23 jun. 2021

SARDENBERG, Cecília M.B. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 324-344, 1994.

SCHETTINI, Cristiana. **Labuta #09 O que é história social do trabalho?** Rio de Janeiro, 2020: Entrevista concedida ao LEHMT UFRJ. 1 Vídeo (11 min: 33s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MSAML9g60kc>. Acesso em: 30 abr. 2020

SILVA, Viginia Ferreira da; OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Processos Judiciais como fontes de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, v. 7, n. 13, 2005.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violação dos Direitos Humanos das Mulheres na ditadura. **Estudos feministas**, Florianópolis, v.23, n.3, p.1001-1022, set./dez. 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2017.

WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. Feminismos plurais, mulheres de luta. In: WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). **Mulheres de Luta**. Curitiba: Appris, 2019. p. 10-26. Disponível em: <http://www.legf.cfh.ufsc.br/projeto-mulheres-de-luta/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

Apêndices

Apêndice 1: Atividade

Essa atividade é pautada no conhecimento das últimas duas aulas expositivas: sobre o Golpe e sobre a repressão. Mas o que será proposto?

Vimos que para repressão muitas artimanhas governamentais foram criadas como: o Sistema Nacional de Informações (SNI); as polícias políticas (DOPS, DOI-Codi, Oban); a Lei de Segurança Nacional; a tortura; os desaparecimentos; entre muitas outras formas de conter a população. Também vimos que muitos grupos foram contra o regime militar, nós chamamos esses grupos de oposição.

Dentro dessas oposições, existiam pessoas muito diversas: homens, mulheres, estudantes, trabalhadores, gente de todo o tipo. Para essa atividade, utilizaremos a história de Nilce Azevedo Cardoso, uma mulher militante da organização Ação Popular (AP). Em uma entrevista dada à Susel Oliveira da Rosa (2013), Nilce comenta ter lido o romance de 1954, dividido em três volumes, escrito por Jorge Amado *Os Subterrâneos da Liberdade* para sua entrada na AP.

Esse romance conta a história de Mariana, uma militante contra a Ditadura de Getúlio Vargas (já estudada por nós). A história da personagem Mariana, durante o enredo do romance, ajudou-a a ter uma percepção do papel da mulher na militância contra a Ditadura Civil-Militar.

Então, comparando a trajetória de Nilce, expressa nas partes da entrevista retiradas do livro de Rosa (2013), do jornal Brasil de Fato e da sua entrevista para a Comissão Estadual da Verdade do RS (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l1zld0Vrques&t=8s>) e as atitudes de Mariana do livro de Amado (1954), coloca-se a pergunta: **Qual seria o papel da mulher dentro da militância contra a Ditadura Civil-Militar?**

Formule um texto, com número de laudas maior que três, sobre o papel da mulher na oposição, levando em consideração a entrevista de Nilce Cardoso e os trechos do livro de Jorge Amado. Cite algumas partes desses documentos históricos dispostos para vocês para referenciar seus argumentos. Não esqueçam de pesquisar sobre o assunto, na parte “BIBLIOGRAFIA” deixarei algumas recomendações de texto.

- SOBRE NILCE:

Nilce Azevedo Cardoso foi uma militante da Ação Popular (AP) durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. Ela começou sua trajetória como militante na Juventude Universitária Católica (JUC). Nilce foi presa e torturada pelos aparatos governamentais da Ditadura. Em entrevista para Susel Oliveira da Rosa, no livro *Mulheres, ditaduras e memórias*, Nilce conta sobre sua trajetória como militante:

Mulheres que enfrentaram seus inimigos e resistiram e continuam resistindo como um hábito de lutar pelos direitos humanos e se tornarem cada vez mais humanas, tendo uma arma imbatível: um amor verdadeiro, exigente, que nos une à humanidade e nos faz colocar nossa inteligência a serviço do mundo (CARDOSO, 2013, p. 25 apud ROSA, 2013, p. 25).

Nilce, em um momento de sua militância, foi fazer o que chamavam de “trabalho de base”¹¹ com as operárias das fábricas do Rio Grande do Sul.

Nessa outra universidade que foi me ensinar o que é estar junto de uma luta de povo. O que é lutar por liberdades no dia a dia. (...) Tanto que aprendi com essas meninas nas fábricas. Aprendi a enfrentar a dureza de entrar, bater ponto às quatro da manhã, a dureza de aguentar aqueles chefes, que nos tratavam como coisas. (CARDOSO, 2013).

Eu preciso falar um pouquinho antes, porque todo mundo se lembra da Nilce presa. Na realidade, eu, Nilce, sou um todo inteiro. Então esse parêntese de dor e de horror é um parêntese na minha vida. Eu fui do movimento católico da JUC, depois passei pelas políticas do Conjunto Residencial da USP. Aquela menina de interior passou a entrar em uma universidade enorme, em 1964, e vivi todas aquelas vivências com a Maria Antônia, com o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ali no Mackenzie. As nossas reuniões já eram um fato. Depois que terminei a faculdade de física em 67, fui para fábrica ser operária (na ocasião integrava a Ação Popular), no ABC, em Santo André. (...) [em 1969]. Fui para fábrica Renner (latas), daí eu passei a ter outro medo, porque as pessoas não tinham todos os dez dedos das mãos, duas meninas, porque se trabalhava em uma máquina que, por acidente, acabava decepando. Depois de um incidente na fábrica, acabei saindo de e fui fazer outros trabalhos para sobreviver. Fui empregada doméstica, babá, o que deu para fazer eu fazia. Mantinha contato com o pessoal com o pessoal do PCdoB e do PCB. Fazia parte do contexto sempre se cuidar, mas aí, algum dia, alguém entregou o ponto e eu fui sequestrada. Estava no meio da rua, em uma parada de ônibus, na avenida Carlos Barbosa, próximo à rua Niterói, e fui conduzida para um fusca. Fui no dia 11 de abril de 1972. Eu perguntei o que estava acontecendo e, na hora, Pedro Seelig (delegado do Departamento de Ordem e Política Social – DOPS) já me virou um soco e veio aquele sangue. Outras pessoas tinham caído no mesmo lugar. A pessoa que nos entregou em São Paulo, um estudante, tinha passado por torturas e entregou todo mundo (REINHOLZ *apud* CARDOSO, 2019).

- Sobre Mariana:

Mariana é uma mulher simples, mas que mesmo assim goza dos pequenos prazeres da vida. A primeira aparição dela se dá no seu aniversário de 22 anos (MELO, 2018): “Naquele dia Mariana completava vinte e dois anos e à noite haviam vindo alguns camaradas a sua casa, a pretexto de festejar o acontecimento” (AMADO, 2011b, p. 47).

Mariana se integrara ao Partido Comunista muito cedo, aos 18 anos, depois do enterro do pai (MELO, 2018): “Ingressara no Partido aos dezoito anos, mas, na verdade, desde muito jovem sua vida estivera ligada aos comunistas” (AMADO, 2011b, p. 47-48).

Mariana então é chamada por outra personagem, a Comendadora para trabalhar para ela, contudo, depois de pouco tempo de trabalho é demitida, já que seu trabalho não condizia com suas ideias. Diz, então à um colega de Partido: “– Tu vê, cara piccina, como eles são,

¹¹Trabalho de base é levar conhecimento sobre uma causa específica para quem não o tem.

essa porca burguesia...Quando descobrem um operário disposto a lutar por sua classe, eles logo pensam em comprar ele ou acabar com ele...” (AMADO, 2011b, p. 59). A partir daí, sua jornada no Partido Comunista acaba se tornando mais intensa, pois o Partido resolve convocá-la para o trabalho como estafeta - uma mulher que não levantaria suspeitas (MELO, 2018):

[...] o fato de tratar-se de uma mulher facilitaria a tarefa. Por esse tempo não eram muitas as mulheres no Partido e a polícia política muito mais facilmente seguiria a pista de um homem que a de uma jovem de grandes olhos negros. Por tudo isso ela foi designada como elemento de ligação entre os membros da direção regional, era o novo estafeta do comitê regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil (AMADO, 2011b, p. 62-63).

Outra relação apresentada também é com seus companheiros de militância, principalmente João, que se tornaria marido dela (MELO, 2018):

Entrou no quarto, a mãe dormia, ela retirou do cabelo a flor vermelha, olhou as pétalas murchas: como era magro o camarada João, e sua camisa estava rasgada em mais de um lugar, ela o notara, dura é a vida dos camaradas, mais dura daqueles que são solteiros e não têm quem cuide de sua comida, de sua roupa, não têm um seio onde repousar a cabeça fatigada... (AMADO, 2011b, p. 73)

Ao auxiliar em uma pichação, Mariana reflete sobre seu erro e o medo de contar para João que colocou a vida de muitos em risco, colocando-se como uma comunista menor que João (MELO, 2018):

Sim, o melhor era contar-lhe o erro cometido, fazer sua autocrítica. ‘Camarada João, sou ainda uma militante sem senso de disciplina, deixando-se guiar pelos impulsos momentâneos: fiz uma burrada, fui pichar muros arriscando ser presa... Sou assim, preciso me corrigir, me educar melhor como quadro. Talvez, se eu chegar a me tornar uma verdadeira comunista, possa ser digna do amor que te tenho, tão grande que jamais o poderás imaginar sequer...’ (AMADO, 2011b, p. 149)

Também coloca seus colegas de Partido como sábios, tendo aprendido com eles tudo o que sabe sobre o Partido e sobre o Comunismo. Veja na relação com Ruivo - um colega de Partido (MELO, 2018):

[...] Com ele aprendeu quase tudo que sabe, foi principalmente trabalhando sob sua direção que Mariana tomou plena consciência da sua responsabilidade de militante. Ele a modelava, ele lhe dava confiança e infundia-lhe coragem, corrigia-lhe os erros e apontava-lhe os caminhos justos por onde marchar (AMADO, 2011a, p. 120).

Referências

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: Os ásperos tempos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.v. I.

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: Agonia da noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. v. II.

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**: A luz no túnel. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c. v. III.

MELO, David Aparecido de. **A representação da militância política e da mulher em *La voz de la sangre*, de Vicente Ballester, e *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, UNIFESP, Guarulhos, 2018.

REINHOLZ, Fabiana. Nilce: "tem que construir a história desse país junto com a justiça e a memória". **Brasil de Fato**. Porto Alegre, p. 1-1. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/02/nilce-tem-que-construir-a-historia-desse-pais-junto-com-a-justica-e-a-memoria>. Acesso em: 05 maio 2021.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios, 2013.

Recomendadas:

COLLING, Ana Maria. 50 Anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Dourados, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

MELLO, Soraia Carolina de. Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). In: WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). **Mulheres de Luta**. Curitiba: Appris, 2019, p. 76-99. Disponível em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br/projeto-mulheres-de-luta/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. Feminismos plurais, mulheres de luta. In: WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). **Mulheres de Luta**. Curitiba: Appris, 2019, p. 10-26. Disponível em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br/projeto-mulheres-de-luta/>. Acesso em: 16 jan. 2020

Apêndice 2: Plano de Aula

Delimitação do Tema: A resistência das mulheres na Ditadura Civil-Militar brasileira.

Objetivos:

- **Objetivo geral**

Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos (BRASIL, 2018).

- **Objetivos específicos**

Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos (BRASIL, 2018).

Conteúdos:

Parte 1: aula expositiva sobre o Golpe Militar. O que aconteceu para que o Golpe fosse feito, quem articulou o Golpe, o pré-golpe, a formação da junta militar e a tomada de posse do presidente militar.

Parte 2: resistências ao golpe militar e repressão. O que foi a repressão, quais os meios legais e ilegais de resistência. As resistências políticas ao governo ditatorial e as outras formas de resistência (movimentos negro, indígenas e das mulheres).

Parte 3: atividade avaliativa para casa. A comparação entre a trajetória de Nilce Cardoso e a história fictícia de Mariana presente no romance “Subterrâneos da Liberdade” de Jorge Amado (1954).

Parte 4: debate em sala de aula: qual foi o real papel das mulheres na luta contra a Ditadura Civil-Militar?

Duração e Recursos Necessários:

150 minutos – 3 aulas.

Folha de atividade; bibliografias indicadas; livro didático; anotações do caderno.

Avaliação de Ensino:

O debate será a forma de avaliação.

Referências

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade:** Os ásperos tempos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.v.

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade:** Agonia da noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b. v. II.

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade:** A luz no túnel. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c. v. III.

COLLING, Ana Maria. 50 Anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OP SIS**, Dourados, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

MELO, David Aparecido de. **A representação da militância política e da mulher em *La voz de la sangre*, de Vicente Ballester, e *Os subterrâneos da liberdade*, de Jorge Amado**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras, UNIFESP, Guarulhos, 2018.

MELLO, Soraia Carolina de. Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990). *In*: WOLFF, Cristina Schiebe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). **Mulheres de Luta**. Curitiba: Appris, 2019, p. 10-26. Disponível em: <http://www.leg.h.cfh.ufsc.br/projeto-mulheres-de-luta/>. Acesso em: 16 jan. 2020.

REINHOLZ, Fabiana. Nilce: "tem que construir a história desse país junto com a justiça e a memória". **Brasil de Fato**. Porto Alegre, p. 1-1. 02 set. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/09/02/nilce-tem-que-construir-a-historia-desse-pais-junto-com-a-justica-e-a-memoria>. Acesso em: 05 maio 2021.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias:**

Não imagine que precise ser triste para ser militante". São Paulo: Intermeios, 2013.